



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

QUÉZIA TOMAZ PEREIRA SANTANA

**DIREITOS HUMANOS DOS ADOLESCENTES VÍTIMAS
E AUTORES DE VIOLÊNCIA E PRECONCEITO**

Brasília – DF

2015

QUÉZIA TOMAZ PEREIRA SANTANA

**DIREITOS HUMANOS DOS ADOLESCENTES VÍTIMAS
E AUTORES DE VIOLÊNCIA E PRECONCEITO**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

Professora Orientadora: Professora Msc. Fabiany Glaura Alencar
E Barbosa

Brasília – DF
2015

Santana, Quézia Tomaz Pereira.

Direitos Humanos dos Adolescentes vítimas e autores de violência e preconceito, Brasil /
Quézia Tomaz Pereira Santana. – Brasília, 2015.

57 f. : il.

Monografia (especialista) – Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia - EaD,
2015.

Orientadora: Prof^a. Msc. Fabiany Glaura Alencar E Barbosa, Departamento de Psicologia.

1. Adolescência. 2. Violência 3. Preconceito. 4. Direitos Humanos.

QUÉZIA TOMAZ PEREIRA SANTANA

**DIREITOS HUMANOS DOS ADOLESCENTES VÍTIMAS
E AUTORES DE VIOLÊNCIA E PRECONCEITO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a)

Quézia Tomaz Pereira Santana

Msc.

Fabiany Glaura Alencar E Barbosa

Msc.

Eric Sales

Brasília, 14 de Novembro de 2015

Dedido este trabalho aos profissionais de educação do Centro de Orientação Sócio Educativo - COSE, uma instituição comprometida com o seu trabalho social, principalmente àqueles que trabalham com empenho e dedicação acolhendo e conscientizando ao máximo os seus alunos para resgatá-los da situação de vulnerabilidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sabedoria que me deu na construção deste trabalho; aos meus filhos Vinícius e Nicolás, pela paciência devido à minha ausência nas atividades familiares; ao meu esposo Edson Vander pela compreensão e auxílio nas formatações; ao meu sobrinho Matheus que fez a tradução do resumo para a língua inglesa; a minha amiga Esislene pelas dicas de correções textuais; à minha orientadora Fabiany Glaura pela paciência e dedicação no desenvolvimento desse TCC; a tutora Fabiana Gomes que me acompanhou durante as atividades do curso e discussões nos fóruns; a Universidade de Brasília, o Instituto de Psicologia o MEC por meio da SECADI que viabilizaram o curso.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é propor formas de trabalhos aos educadores que possibilitem a conscientização dos adolescentes sobre a importância dos Direitos Humanos para a valorização da igualdade, da alteridade e diminuição dos fatores de violência e preconceitos. Este estudo foi destinado somente aos educadores que desenvolvem atividades com os adolescentes de 12 a 14 anos de idade, no Centro de Orientação Sócio Educativo - COSE – Gama-DF. As ações interventivas foram realizadas através de questionários, observações das oficinas, diálogos, dinâmicas de grupo e coleta de dados. Durante as observações das oficinas, os educadores enfatizaram a importância dos Direitos Humanos, fazendo uma comparação com a história de vida dos adolescentes. De acordo com os resultados, os educadores estão envolvidos na questão dos Direitos Humanos, sempre com a finalidade de resgatar o adolescente em situação de vulnerabilidade social e empenhados a trabalhar a autoestima, o respeito mútuo, a dignidade humana e a convivência com as diferenças, buscando melhorar o convívio social. Apesar da dedicação dos educadores, foi possível perceber que os recursos humanos e materiais são insuficientes. O que se espera é comprometimento das famílias e de todos aqueles que estão envolvidos nos órgãos governamentais, principalmente àqueles que fazem valer os Direitos Humanos da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Adolescentes. Violência. Preconceito. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The objective of this research is to propose different teaching methods geared towards educators designed to raise teenager's awareness about the importance of human rights, valuing equality first and foremost, and to decrease factors relating to violence and preconceptions. This study targets only educators who work with teenagers from 12 to 14 years old, at the Centro de Orientação Sócio Educativo (Center for Socio-Educational Orientation) - COSE – Gama-DF. The research was carried out through questionnaires, observation from workshops, dialogues, group dynamics and data collection. During the workshop observations, the educators emphasized the importance of human rights, making a comparison with the teenagers' life stories. According to the results, the educators are involved with the issue of human rights, always with the goal to rescue the teenager from a vulnerable social situation and foster self-esteem, mutual respect, human dignity and interaction with other's differences, seeking to improve social conviviality. Despite the educators' dedication, it was possible to realize that human resources and materials are insufficient. What is expected is involvement from the families and all those involved in government agencies, especially those which assert human rights for children and youth.

Key words: Adolescence, Violence, Preconception, Human Rights

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COSE - Centro de Orientação Sócio Educativo

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDEST - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Formulação do problema	11
1.2 Objetivo Geral	12
1.3 Objetivos Específicos	12
1.4 justificativa	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 - A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA ADOLESCÊNCIA....	15
2.2 - Adolescência conceitos	16
2.3 - Tipos de violência e preconceitos dos adolescentes	18
2.4 – Educação, violência e preconceito social nas escolas.....	21
2.5 - Adolescentes autores da violência.....	22
2.6 - Importância dos Direitos Humanos para os educadores.....	23
2.7 – Instituições e órgãos que amparam os adolescentes	24
3. METODOLOGIA	26
4. AÇÕES INTERVENTIVAS	28
Quadro 1 - Questionário para a identificação dos tipos de violência	30
Quadro 2 – Dinâmica de grupo	31
Quadro 3 – Estudo de Quadro	32
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO	34
5.1 – Observação das Oficinas	35
5.2 – Análise do questionário	36
5.3 - Pesquisa interventiva com os educadores	38
5.3.1 – Conceito de violência	38
5.3.2 – Propostas que previnem a violência.....	39
5.3.3 - Estudo de caso	41
5.3.4 - Momentos reflexivos sobre os Direitos Humanos	43
6. CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	50
ANEXO 1 – Espaço do COSE	50
ANEXO 2 – Observação - Oficina – Semana da Pátria	52
ANEXO 3 – Observação - Regras da Instituição.....	53
ANEXO 4 – Reflexão do estudo de caso	55
ANEXO 6 - Elaboração dos conceitos dos educadores sobre a violência e preconceito e as propostas para preveni-las.....	56

1. INTRODUÇÃO

A violência tem se manifestado em todos os lugares, na escola, no âmbito familiar, nas ruas, nas instituições, através de agressões físicas e verbais, como uma forma de dominação para resolver conflitos interpessoais. Os fatores responsáveis por essa agressividade são diversos. Em algumas escolas a violência tem sido evidenciada por meio de atos de vandalismo, furtos e roubos, agressões, tráfico de drogas e em muitos desses atos os adolescentes têm figurado ora como vítimas, ora como autores.

Nos espaços escolares e institucionais, os educadores têm a missão de construir, transmitir valores, práticas e marcas culturais com a finalidade de formar cidadãos aptos a viver em sociedade. Inerente a esse objetivo, a escola deve promover ações embasadas nos Direitos Humanos e na cultura da paz entre os adolescentes, livres de preconceitos. O Estado, pautado no princípio do bem-estar social tem buscado o fortalecimento das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, implementando programas de transferência de renda, acesso à saúde e a assistência social. Tais iniciativas englobam o Sistema de Garantias de Direitos de crianças e adolescentes e podem ser evidenciadas em instituições, como o Centro de Orientação Sócio Educativo - COSE, que acompanham e amparam adolescentes vítimas de violência social e racial, tendo como objetivo a concretização de seus Direitos Humanos.

De forma geral, a sociedade brasileira é marcada pelas disparidades sociais, relações desiguais de distribuição de renda e de acesso a direitos sociais. Muitos adolescentes vivem de acordo com normas sociais que oprimem e discriminam a diferença existente entre eles, sendo que essa discriminação que desqualifica o outro é decorrente do preconceito em que a sociedade traça como sendo o padrão, podendo acarretar graves danos pessoais, sociais e educacionais. Portanto, o diferente é apreendido e pautado em valores, normas preestabelecidos histórica, cultural e ideologicamente que sustentam os conceitos de normalidade e anormalidade.

O reconhecimento do adolescente como sujeitos de direitos precisa ser protegido pelo Estado, pela sociedade e pela família com prioridade absoluta e amparados pela Constituição de 1988. A proteção dos direitos fundamentais e dos Direitos Humanos como a garantia do seu cumprimento, deve priorizar o atendimento de suas necessidades enquanto pessoas em desenvolvimento, pois o adolescente necessita da atenção devida do Estado brasileiro. Contudo, existem adolescentes em situação de risco e com o futuro

comprometido por não terem no presente acesso a uma vida digna. Os adolescentes precisam entrar em contato com saberes que possibilitem seu desenvolvimento integral, para tanto, a educação deve estar estruturada sob a perspectiva dos quatro pilares da educação: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a conhecer.

Partindo desse pressuposto é necessário fazer uma pesquisa interventiva juntamente com a instituição, com a finalidade de entender até que ponto os Direitos Humanos dos Adolescentes estão sendo aplicados como vertente educativa. A questão é: será que a violência e preconceito em que os adolescentes, atendidos pelo Centro de Orientação Sócio Educativo - COSE, estão submetidos é decorrente da falta de conhecimento e aplicabilidade dos Direitos Humanos?

O objeto do estudo é propor formas de trabalho coletivo - entre a coordenação e educadores - que conscientizem os adolescentes sobre a importância dos Direitos Humanos para a valorização da igualdade, da alteridade e diminuição dos fatores de violência e preconceitos, tendo como objetivos específicos identificar os tipos de violência e preconceitos que os adolescentes atendidos no COSE se situam como vítimas ou autor. Demonstrar a importância dos Direitos Humanos à coordenação e educadores do COSE para aperfeiçoar o atendimento a estes adolescentes.

1.1 Formulação do problema

O COSE do Gama Leste – DF, acolhe crianças, adolescentes e idosos, na maioria das vezes, vítimas ou autores de violência. Todos são encaminhados pelo Centro de Referência e Assistência Social - CRAS. A escolha do objeto de observação e pesquisa se deu quando ao desenvolver uma pesquisa de campo em outro curso de especialização, no qual tinha como objetivo compreender se existe crise na adolescência de acordo com a perspectiva dos próprios adolescentes e quais as reflexões da sociedade a respeito deles, surgiu o primeiro contato com o COSE e a sua clientela. Nessa oportunidade foi possível perceber como a violência está arraigada no cotidiano desses adolescentes, expressa em gestos, falas, olhares, chegando à violência física e psicológica.

A maioria das famílias dos adolescentes, atendidos pelo COSE está exposta a diversos fatores de risco que aumentam suas vulnerabilidades sociais, tais como, privações decorrentes do contexto da pobreza, poucas alternativas de empregabilidade, enfraquecimento de vínculos familiares, uso indevido de drogas ilícitas e até mesmo

envolvimento com o narcotráfico. A exposição do adolescente e sua família a essas situações de risco trazem consequências como a violência, baixa autoestima e insucesso escolar. Assim sendo, as situações de risco e vulnerabilidades devem ser vistas como características da articulação entre sujeitos e contextos e que dessa forma, são repletas de contradições e complexidades.

Diante desse contexto, é necessário evidenciar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, traz a visão de uma doutrina de proteção integral a crianças e adolescentes, evidenciando-os como sujeitos de direitos. Tal perspectiva está alicerçada na noção de que o adolescente está em uma condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e que possui prioridade absoluta. Sendo assim, a violência e o preconceito em que os adolescentes atendidos pelo Centro de Orientação Sócio Educativo, estão submetidos é decorrente da falta de conhecimento e aplicabilidade dos Direitos Humanos?

1.2 Objetivo Geral

Propor formas de trabalho coletivo aos educadores para que conscientizem os adolescentes sobre a importância dos Direitos Humanos para a valorização da igualdade, da alteridade e diminuição dos fatores de violência e preconceitos.

1.3 Objetivos Específicos

- Identificar os tipos de violência e preconceitos que os adolescentes atendidos no COSE se situam como vítimas ou autores.
- Demonstrar a importância dos Direitos Humanos aos educadores do COSE para aperfeiçoar o atendimento aos adolescentes.

1.4 justificativa

A finalidade da pesquisa interventiva é fazer um trabalho de prevenção juntamente com o Centro de Orientação Sócio Educativo – COSE. Buscando conscientizar os educadores, sobre a importância dos Direitos Humanos como forma de empoderamento dos adolescentes atendidos nesta instituição. Para tanto, será aplicada dinâmica de grupo com a equipe. Acredita-se que no final dessa pesquisa possa-se compreender, se os fatores causadores da violência são decorrentes das desigualdades sociais e/ ou diversidade cultural.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Os Direitos Humanos da criança e do adolescente e as garantias sociais têm amparado àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, com finalidade de promover o bem-estar do adolescente e da sociedade, elaborar leis e criar instituições acolhedoras com objetivo de beneficiar aqueles que são vítimas de maus tratos ou mesmo aqueles que necessitam de medidas sócio educativas.

A desigualdade social no Brasil é fato, pois ela é fruto da diversidade e da construção sociocultural e histórica, a partir do momento em que o indivíduo é considerado como diferente daquele que apreende, o outro continua sendo marginalizado. Ou seja, a diferença como uma categoria para referir-se às experiências de determinados grupos sociais, evidencia tanto as práticas de exclusão historicamente constituídas como a produção de novas posições de sujeito. Essas diferenças vêm sendo tratadas e reproduzidas, nesse sentido, é indiscutível a importância de iniciativas governamentais que promovam o resgate dessa dívida histórica geradora de exclusões e injustiças sociais e nelas implícitas que é a violência. (DELMONDEZ e NASCIMENTO, 2014).

Muitos adolescentes têm sido vítimas do preconceito ou eles são considerados os próprios autores, pois alguns têm tido comportamentos violentos, talvez devido à desigualdade social. A sociedade em geral e o sistema educacional deveria pautar suas discussões sobre a violência com base em percepções mais globais dos mecanismos e dos sujeitos sociais nela envolvidos. Esta postura supõe a compreensão e a reflexão tanto da violência praticada por sujeitos sociais, dentro e fora da escola, como da violência praticada por eles mesmos.

Diversos autores têm discutido sobre essa vertente educativa e preventiva de situações de violência e preconceito, demonstrado a importância dos Direitos Humanos na diversidade cultural, singularidade e processos de desenvolvimento e aprendizagem, tais como: Costa (2005); Meirelles e Ruzany & (2009), Pulino & Soares (2014); Nascimento & Polianne, (2014); Pulino (2014); Delmondez & Nascimento (2014,) Dialogaremos com esses autores para refletir sobre alguns pontos relevantes para nosso trabalho.

Nesse contexto serão abordados vários fatores relacionados aos adolescentes, bem como, os tipos de violência mais comuns os Direitos Humanos na

adolescência e na educação, preconceito social e racial, a violência nas escolas, as instituições acolhedoras dos adolescentes vítimas de violência, entre outros.

2.1 - A importância dos Direitos Humanos na adolescência

Os Direitos Humanos têm a finalidade de proteger os adolescentes, pois todos têm direitos à educação, a uma vida digna, a um lar, a uma família, “direito a igualdade, surge também como direito fundamental, o direito a diferença, para que haja, de fato, uma igualdade de condições é de suma importância o respeito à diferença e à diversidade.” (PAULA & MAIOR, 2008, p.36).

Aqueles que têm os seus direitos violados e se encontram em situação de vulnerabilidade social, devem ser amparados por leis e socialmente protegidos, sobretudo, por meio de uma perspectiva interdisciplinar sobre os Direitos Humanos, como bem afirmam Delmondez e Nascimento a importância da,

“abordagem interdisciplinar da questão dos Direitos Humanos pode trazer um excelente esteio para que pessoas mais vulneráveis socialmente sejam protegidas e que tenham seus direitos fundamentais respeitados, garantidos, promovidos. E a abordagem atenta à interseccionalidade das vulnerabilidades pode oferecer ferramentas mais precisas para a análise dos casos nos quais as violações de Direitos Humanos se faça presente. (DELMONDEZ e NASCIMENTO, 2014, p.14)¹

Quando o adolescente se sente protegido e amparado por leis, as garantias fundamentais estão a seu favor, na maioria das vezes é no espaço escolar em que ele exerce o papel de cidadão, pois ele quer ser ouvido, ter autonomia intelectual. É na escola que ele pode exercer a cidadania. Todos devem estar envolvidos, pois, é processo de elaboração de regras e convivência, a conscientização é primordial para que tenha um bom relacionamento entre as pessoas. “Para que isso se torne viável, o professor ou a professora deve abrir um espaço para os alunos e as alunas fazerem propostas para o código de ética e para um processo contínuo de negociação entre todas as pessoas que compõem a comunidade da sala de aula.” (PULINO, 2014, p. 2-3)².

O ECA está focado na política de proteção a integridade do adolescente, pois os mesmos devem gozar de todos os direitos e oportunidades para o desenvolvimento global, como asseverado em seu art. 3º:

¹ Módulo II – Sujeitos da **Diversidade Cultural e da Desigualdade** - Seção II – Sujeitos da diversidade e suas vulnerabilidades.

² Módulo IV - Tornar-se humano e os Direitos Humanos – Seção III – Educar pela e para a cidadania, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, 1990 art. 3, p.24).

Costa (2005), afirma que o ECA não têm suprido todas as necessidades em relação aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade. É fato que esse estatuto, juntamente com as políticas públicas da promoção dos Direitos Humanos das crianças e dos adolescentes, precisa ser aprimorado e passar por um processo de efetivação, visto que não tem correspondido a atual realidade do país, além disso, contribui o fato de que a violência contra adolescentes tem aumentado. Ela tem se manifestado de diversas formas, como por exemplo, os envolvimento de adolescentes com o narcotráfico, usuários de drogas, a exploração sexual, a pornografia, principalmente pela *internet*, homicídios e acidentes, etc.

Por outro lado, a sociedade tem desacreditado na eficácia das medidas socioeducativas previstas no ECA. Aplicáveis aos adolescentes autores de atos infracionais, são percebidas por uma parcela da sociedade como inúteis e inadequadas devido, tais percepções podem ser percebidas, por exemplo, quando se põe em pauta a redução da idade penal e reformulação da dita lei. No senso comum, o Estatuto “protege o marginal” e aumenta a sensação de impunidade. Costa enfatiza que, “A ideia de impunidade está associada à interpretação, dominante junto ao senso comum, de que a Lei destinada aos adolescentes, no caso o Estatuto da Criança e do Adolescente, não cumpre a função suficiente de punição.” (COSTA, p. 75, 2005).

2.2 - Adolescência conceitos

Sabe-se que na civilização urbana ocidental, a adolescência é uma consequência da revolução industrial do século XVIII que só foi conceituado no século XX após a descoberta da infância no século XIX, Áries (1978). As mudanças ocorreram somente entre o final e o início da segunda guerra quando passou a ser considerada como uma fase de transição entre a infância e a fase adulta.

Na modernidade, domina a concepção de que há um ponto de chegada, uma direção correta a se seguir, no caso, a “maturidade adulta”, e características são naturalizadas à revelia de uma análise do contexto sócio histórico como se todos os indivíduos devessem chegar a um mesmo destino homogêneo, Coimbra (2005). Na oposição deste modo de pensar, toda característica, bem como o juízo de valor sobre

esta característica, seria socialmente construída e carregada das concepções daquela sociedade Bock (2007). Em suma, atualmente a definição de adolescência é considerada como uma época em que aspectos biopsicossociais são transformados de maneira que o biológico, o psicológico, o social e o cultural são indissociáveis, esses aspectos são analisados em conjunto e não separadamente. (OSORIO, 1992).

Alguns fatores são determinantes para diversas mudanças nos adolescentes, como a imagem corporal em função da perda do corpo infantil, busca de uma nova identidade, querer ser aceito no grupo e no mundo dos adultos. Porém, os adolescentes não se consideram “futuros adultos”; querem ser levados a sério. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Ouvir os adolescentes é a única forma de compreender o que esperam de nós. Trata-se de uma etapa decisiva no crescimento de uma pessoa. Devemos ouvir atentamente as necessidades e preocupações específicas dos adolescentes. Vamos criar oportunidades para que participem na sociedade. Vamos permitir que tenham liberdade e oportunidade para amadurecer e converter-se em adultos saudáveis. (UNICEF, 2011 P.9)

A adolescência é um período de mudanças na personalidade e o adolescente não é mero espectador dessas mudanças. Há uma crítica social acerca dos adolescentes em que eles são denominados como irresponsáveis. De acordo com Bock (p.68, 2007), “a adolescência não é vista aqui como uma fase natural do desenvolvimento e uma etapa natural entre a vida adulta e a infância”.

Uma questão que deverá ser analisada a respeito dos adolescentes, é que eles são estigmatizados, como irresponsáveis, como complicados. Embora alguns tem sido alvo de violência ou são os próprios autores. Nos últimos anos ela tem aumentado assustadoramente, pois tem gerado conflitos entre eles mesmos. Da mesma forma, deve-se observar que as cobranças e ansiedades que surgem no ambiente social e familiar tem influenciado nas escolhas, no entanto “a resposta à inquietação do adolescente só é conseguida pela tomada de consciência de si, do seu ego e de que está apto a assumir a sua verdadeira identidade.” (MELO, 2009, p. 1).

É fato que os adolescentes fazem parte da sociedade e não podem ser excluídos, mas sim serem compreendidos e aceitos, porque é um período de dúvidas e transformações hormonais. É comum nesse período de mudanças eles se depararem com situações emocionais as quais não têm condições e apoio para lidar.

Outro fator que tem desencadeado crise na adolescência é o envolvimento que eles têm com outros colegas, embora, a família desempenha um papel primordial no

processo de aprendizagem. Muitas vezes os pais não percebem o adolescente com essas dificuldades ou os adolescentes pensam que os pais não os veem porque estão ocupados com as atividades diárias. O vínculo afetivo é primordial para o bom desenvolvimento do adolescente.

Silva (2001) afirma que a adolescência pode ser considerada um período de luto. É o luto pela perda do corpo, pela busca da identidade da criança. Algumas vezes surgem as crises que estão relacionadas com as famílias, no qual os pais também enfrentam dificuldade, é a perda do filho, infantil, a competição com os filhos adultos. Cabe à escola, formadora de conhecimento, junto com a equipe multiprofissional intervir nos conflitos juntamente com os pais, pois o adolescente passa a maior parte do dia na escola.

Deve-se levar em consideração o sentimento que o adolescente traz consigo, é fácil para o adulto apontar os erros e criticá-los, mas não pensam nas consequências que podem trazer para a vida deles. Às vezes a comunicação é falha entre a família e a escola, eles se retraem, tem medo de serem estigmatizados, envolvem com outros colegas que tem o mesmo perfil, acham que são incompreendidos.

2.3 - Tipos de violência e preconceitos dos adolescentes

Algumas das principais formas de segregação que geram violência contra os adolescentes que estão na fase de transição e descoberta da sexualidade do próprio corpo são: o sexismo, a homofobia, a lesbofobia e a transfobia. Quando esta hostilidade é projetada contra as meninas, denomina-se lesbofobia, que tem como características a subsunção da visibilidade das práticas afetivo-sexuais entre mulheres. (DELMONDEZ e NASCIMENTOS, 2014)³.

Existe um outro fator responsável pela agressividade entre os adolescentes, que é o *bullying*, pois eles são responsáveis pela discriminação para com os seus colegas, eles o oprimem, criticam aqueles que tem alguma diferença marcada pelo próprio corpo, porque acham que devem ter um corpo de acordo com o padrão que a sociedade impõe, sendo assim, eles ridicularizam os próprios colegas, tornando-se até violentos. Delmondez discute com Diniz e Lionço a respeito do *bullying*,

uma chave para a compreensão do *bullying* na escola: a violência contra o corpo que está fora da norma, seja no cabelo da/o menina/o negra/o, nos trejeitos do/a menino/a homossexual ou ainda nas pernas do/a menino/a com deficiência física. Todos esses exemplos já se tornam material suficiente para a (co)ação de um sujeito ou de um

³ Módulo II- Seção II - Sujeitos da Diversidade e suas vulnerabilidades.

grupo provocador”. (DELMONDEZ & NASCIMENTOS apud DINIZ e LIONÇO, p. 6, 2010).

O *bullying* tem sido uma versão primária e permanente dos preconceitos e discriminações que acontecem na vida social dos adolescentes. É importante ressaltar que esses acontecimentos não são atuais, mas é a compreensão e o significado dele que vem sendo modificado. Quando o *bullying* tem fundamento relacionado a cor da pele, trata-se de um elemento conhecido como racismo; o *bullying* sexual, por sua vez, é reconhecido como homofobia e assim por diante. (DELMONDEZ e NASCIMENTOS, 2014)⁴.

Alguns autores nomeiam situações que geram violência em decorrência do preconceito. Sendo eles vítimas ou autores. A violência intrafamiliar e social - abuso e exploração de crianças e adolescentes no meio familiar, Novaes⁵; racismo - Ofensas raciais - são rotineiramente vistas como brincadeiras, piadas. Usurpação de territórios dos povos indígenas; a “intolerância religiosa” - é um dos mais importantes responsáveis pela violência, as pessoas estão sendo atacadas e sendo mortas em detrimentos da religião. Delmondez & Nascimento⁶; O uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas são estigmatizados como marginais. (SILVA, et. al., 2010)⁷.

As classificações mais usuais denominadas como preconceito e violência são: violência física, psicológica e sexual, Faleiros e Faleiros (2007) definem e exemplificam de acordo com as seguintes características: a) Violência estrutural: a expressão das desigualdades – são atitudes violentas com os adolescentes por serem machistas, adultocentro; b) Violência simbólica: a construção da inferioridade – é comum dizerem que “todo adolescente é revoltado”; c) Violência institucional: a falta de cuidados de quem deveria proteger - negligência profissional ao atendimento ao menor. d) Negligência e Abandono: a negação da existência - falta de proteção e de cuidado da criança e do adolescente, e) Violência física: a mortificação do corpo - relação social de poder marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhe lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, escoriações, arranhões, mordidas, convulsões, mutilações, desnutrição e até morte, etc. f) Violência psicológica: a destruição da autoimagem do outro - é uma relação de poder desigual, como:

⁴ Módulo - II Seção I - Sujeitos da Diversidade).

⁵ Texto digital - VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: CONCEITUAÇÃO E ENFRENTAMENTO DESSE FENÔMENO <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1700/1620>

⁶ Módulo II – Seção II – Sujeitos da diversidade e suas vulnerabilidades.

⁷ Texto digital - Reflexões acerca do abuso de drogas e da violência na adolescência http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452010000300024&script=sci_arttext

agressões verbais, de chantagens, de regras excessivas, etc. g) Violência sexual e suas formas: o uso perverso da sexualidade do outro; h) Abuso sexual, exploração sexual, pornografia, prostituição, etc. i) exploração econômica – como trabalho escravo. (FALEIROS e FALEIROS, 2007).

Para Silva e Salles (2008, p. 151,) “esses acontecimentos não são produzidos apenas ao nível individual. As relações estabelecidas entre os indivíduos são socialmente determinadas como também o é a forma pela qual as identidades pessoais e sociais são construídas”. Em diversas situações a violência não se restringe somente através da força física, mas devido ao fato de haver possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza, é essa ideia de poder que constitui no outro o desejo de agredi-lo ou mesmo ridicularizá-lo. Na maioria dos casos, o preconceito e a violência acontece em grupo, pois um estimula o outro a concretizar o ato.

Para Silva (2008) é no espaço escolar que a violência cotidiana aparece no desrespeito ao outro. O dia a dia é marcado pela violência verbal que aparece como segregação, exclusão, indiferença e a falta de respeito ao próximo. Em muitos casos ela é praticada também por adolescentes de classe média ou alta. No entanto, existem aqueles que denominam diferentes, sozinhos ou em grupos, respondem a agressão que sofrem agredindo ou mesmo discriminando e em algumas situações eles exageram no estilo, como o jeito de andar, de vestir, de falar e de se comportar.

O ECA de 1990, garante a segurança e proteção da criança e dos adolescentes e responsabilizam a todos (família, sociedade, poder público) pelo o cuidado com os adolescentes, Faleiros apud ECA afirma que,

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária

Nenhuma criança ou adolescente será sujeito de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (FALEIROS e FALEIROS, apud ECA, p. 30, 1990).

A violência praticada contra os adolescentes traz marcas profundas de maus tratos e tem raízes históricas, econômicas e culturais. Por isso o ECA afirma que todos têm o dever de cuidar e proteger os adolescentes contra discriminação, crueldade, etc.

2.4 – Educação, violência e preconceito social nas escolas.

Antes de dar início sobre o tema violência e preconceito que existem no âmbito escolar, Pulino (2014, p.6)⁸ diz que a escola é o lugar de encontro com o outro. Ela utiliza o “termo escola no sentido de instituição, estabelecimento público ou privado onde se ministra sistematicamente ensino coletivo”. A escola, não deve ser vista como fins lucrativos, mas é o local onde o ser humano possa ter a oportunidade de educar integralmente, com a finalidade de construir conhecimentos sobre o mundo e si mesmo em termos afetivos, sociais, morais e cognitivos.

Pulino, apud Maciel e Pulino (2008 p. 2)⁹ afirma que a escola é o lugar de construção dos “processos culturais, sociais e históricos.” É na escola em que os adolescentes se relacionam com pessoas da mesma idade, porque muitos lares são constituídos somente de adultos. É na sala de aula que eles constroem um conhecimento de mundo, compartilham com os outros, ou seja, relacionar é conviver em sociedade. Entretanto, este é um processo de participação da humanidade, de uma cultura e de construção da identidade pessoal, tornando-se o ser humano, um ser social, singular, um sujeito.

Seria excelente se a escola fosse somente um lugar de construção, de educação de conhecimentos, de tornar-se humanos. No entanto em diversas situações não é isso que acontece. O espaço escolar possui outra vertente, tem um lado negativo representado pela violência e preconceitos principalmente entre os adolescentes. De acordo com Delmondez & Nascimento (2014, p.15) “a escola é também um lugar de reprodução do negativo de nossos valores culturais: o preconceito, a discriminação, a violência.” Atualmente, a violência tem se manifestado com frequência em algumas escolas, pois existem pessoas de diferentes personalidades e contrárias às normas vigentes. Na sociedade em geral o sexo masculino tem sido como cidadão ideal, também pode-se mencionar o homossexual, branco, cristão, com uma confortável capacidade de consumo, essas questões são tratadas com diversos níveis de segregação e violência. A escola tem dois lados, é o lugar onde exerce e pratica a violação dos Direitos Humanos e, também, é onde aprende-se a violá-los através da desigualdade social.

⁸ Módulo I – Seção 1 - Diversidade Cultural e Ambiente Escolar

⁹ Módulo I – Seção II - Diversidade Cultural e Ambiente Escolar - Diversidade cultural, singularidade e processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Se por um lado há propagação no campo educacional em torno de uma aproximação referente à tolerância e o respeito para com a diversidade cultural; por outro multiplicam-se as atitudes de violência contra as pessoas que se encontram fora dos padrões estipulados pela sociedade e normas culturais. Ao pensar nas mudanças em torno das discussões em busca de uma melhora no ensino aprendizagem e o melhor convívio entre os adolescentes, é necessário refletir sobre a importância do reconhecimento do outro como parte do eu. (DELMONDEZ & NASCIMENTO, 2014)¹⁰.

No entanto, a educação deve ser alicerçada no diálogo existente entre os indivíduos que compartilham dos mesmos objetivos, deve haver respeito mútuo de ambas as partes e perceber que as diferenças existem, mas elas devem conviver e serem respeitadas, ouvidas de acordo com a necessidade de cada um. Souza, apud Candau, (p.5, 2006)¹¹, diz que a educação se alicerça através de grupos distintos e culturais; “no reconhecimento do direito à diferença; no combate aos modos de desigualdade social e discriminação; no estabelecimento de relações igualitárias e dialógicas entre grupos sociais e pessoas de universos culturais diversificados”

Numa instituição é necessário destacar a importância da ação pedagógica como estratégia por parte dos educadores de maneira que consigam desconstruir em sala de aula, quaisquer modalidades da dominação de forma aberta ou encoberta junto aos educandos. Desse modo, “a problematização da consciência e dos valores afirmados nela é a característica chave da pedagogia em Direitos Humanos” (SOUZA apud MAGENDZO, 2006, p. 62)¹². Os problemas sociais fazem parte do processo educacional tendo como objetivo reconhecer, averiguar e disponibilizar soluções às questões relacionados à ética pedagógica dos Direitos Humanos do adolescente.

2.5 - Adolescentes autores da violência.

No tocante à violência contra adolescentes, normalmente, adota-se um olhar somente para os autores, no entanto, deve-se perceber essa relação como uma via de mão dupla, em que há o violentador versus o violentado. A violência tem acontecido em diversas situações nas quais outros atores participam. Embora, existam pessoas que têm conhecimento, mas, não se pronunciam, ao contrário, até colaboram para que a violência se concretize. De acordo com Faleiros e Faleiros (2007, p. 48,) “A violência

¹⁰ Módulo II – Seção 1 – diversidade cultural e da desigualdade.

¹¹ Módulo 8 - SEÇÃO IV -Construção de saberes, práticas pedagógicas e metodologias participativas da educação em Direitos Humanos.

¹² Idem, item 9.

contra crianças e adolescentes que pode ser cometida tanto por adultos (de ambos os sexos) como por outros adolescentes, é correntemente classificada como intra ou extrafamiliar.” Ou seja, na maioria dos casos eles são desprotegidos no próprio lar e muitos irmãos adolescentes estão envolvidos na situação de agressividade.

Quando se trata de relações de grupo, que envolvem também questões de pertencimento, há subordinação os adolescentes a um comando maior, com regras próprias e relações de poder envolvidas. Muitos estão ligados ao tráfico de drogas, nas comunidades em que o aparato estatal não alcança ou tem pouca relevância e nos grandes centros urbanos. Normalmente a violência praticada por eles é disseminada por jovens traficantes das comunidades em que possuem o controle do território, disputa de pontos de venda de drogas e, também, motivadas pela rivalidade entre grupos. Meirelles e Ruzany (2009). Portanto, é necessário ampliar a garantia dos Direitos Humanos para proteger essas adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade.

2.6 - Importância dos Direitos Humanos para os educadores

Uma instituição deve estar comprometida com os Direitos Humanos, é essencial e urgente a capacitação de profissionais da educação, pois todos devem estar preparados para lidar com as diferenças, principalmente aqueles que são ridicularizados pela sociedade.

Nesse sentido, O educador deve trabalhar em parceria com outros profissionais, efetivando um trabalho em rede. É necessário que os profissionais da educação encaminhem os adolescentes em situação de vulnerabilidade para um setor responsável por aquela abordagem, pois esses profissionais devem ter a atenção adequada usando a integração em rede dos serviços. É importante que haja uma articulação dessas ações para implementar as diversas ações entre as intervenções técnicas realizadas. Ou seja, estabelecer a comunicação entre profissionais de diversos setores de entendimento e reconhecimento mútuos.

O papel do/a educador/a na sala de aula, não é ser somente um mero observador e nem um transmissor de conhecimento, aquele que cumpre somente o calendário escolar, mas deve haver um compromisso, uma parceria com os seus alunos, porém se não houver envolvimento é difícil estabelecer vínculos. Um educador não deve fechar os olhos diante de situações de vulnerabilidade na qual se encontram seus alunos. É necessário haver uma relação de parceria, pois muitos acreditam que o professor vai estender as mãos nos momentos de dificuldade, ou seja, eles pedem por

socorro e esse processo deve ser reconstruído na sala de aula. De acordo com Delmondez e Nascimento,

Na busca de garantir os Direitos Humanos a todas as pessoas na escola, independente de sua identidade de gênero ou de sua orientação afetivo-sexual, uma série de marcos legais busca construir um espaço escolar menos agressivo, hostil, mais acolhedor à todas as pessoas em sua singularidade e em sua diferença ou pertença ao padrão hegemônico, ao mesmo tempo em que critica a obrigatoriedade e a universalidade deste padrão (DELMONDEZ e NASCIMENTO, 2014, p.16)¹³.

As relações dentro da sala de aula devem ser democráticas, é importante a participação de todos de acordo com as funções de cada um. É na sala que se constrói um ambiente favorável e criativo com muita responsabilidade, é lá que surgem novas ideias, pois eles têm a capacidade intelectual de produzir, reproduzir conhecimentos. Os preconceitos devem ser trabalhados em equipe, para não haver discriminação e nem instigar a violência entre os adolescentes.

O ambiente escolar deve ser um espaço de convivência e não somente um momento de ensino sobre algo, ou a maneira de agir, mas relacionar com o adolescente, de uma maneira efetiva de ser, de conviver, de construir conhecimento, de adotar posturas e estimular a fazer escolhas. A escola é um lugar para se viver e conviver. Os educadores devem ter a escola numa plenitude de olhar pela vida, de concretude, de relações efetivas, autônoma, deve existir, novas formas de relacionamentos, distribuição de tarefas e responsabilidades, começando pela turma, disciplinas, conteúdos, perceber a necessidade de alterar a estrutura da escola, repensando principalmente nas relações mútuas das pessoas envolvidas. (PULINO, 2014)¹⁴.

2.7 – Instituições e órgãos que amparam os adolescentes

A violência e o preconceito institucional têm acontecido com frequência e os adolescentes são vítimas motivadas pelas desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.). As desigualdades se concretizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e nas esferas governamentais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades. Para que o trabalho institucional seja mais eficaz é necessário contar com a parcerias do conselho tutelar, que é o órgão

¹³ Módulo II – Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade - Seção II – Sujeitos da diversidade e suas vulnerabilidades.

¹⁴ **Módulo 4** - Tornar-se humano e os Direitos Humanos – Seção III – Educar pela e para a cidadania, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos.

responsável por fiscalizar se os direitos previstos no ECA estão sendo cumpridos.

A participação do Estado é fundamental para auxiliar nas necessidades básicas, contribuindo para elevar a autoestima e promover o sentimento de pertencimento a sociedade. É importante que a comunidade local participe e se envolva no enfrentamento das violações dos direitos de crianças e de adolescentes, bem como de profissionais capacitados na rede de proteção social. Enfim, as atribuições de responsabilidades a partir do planejamento coletivo e do estabelecimento de uma agenda comum de trabalho entre os profissionais das diversas áreas é uma forma que se tem para efetivar a descentralização do atendimento, com a finalidade de evitar a centralização da maioria das ações/atividades numa única organização, seja pública, organização não-governamental (ONG) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). (RUZANY e MEIRELLES, 2009).

Instituições tem beneficiado e amparado muitos jovens que são vítimas de maus tratos ou mesmo aqueles que são encaminhados pelo Centro de Referência e Assistência Social - CRAS que tenha cometido algum ato infracional. Para os adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade há a educação social, que cuida do desenvolvimento do indivíduo enquanto ser social fora do espaço escolar. Esta educação propõe um trabalho de mediação entre o processo social de cada sujeito na tomada de consciência de si próprio e do meio que o cerca. Tendo como princípio promover o crescimento social do indivíduo, pensando projetos em que o foco seja o sujeito e não o conteúdo. (GDF-SEDEST, 2013). Nesse sentido, os adolescentes são amparados pelo,

SCFV é serviço se preocupa e foca na formação social dos participantes, enxergando-os como seres sociais, possibilitando a eles uma maior relação dialógica com o mundo. Além disso, o SCFV proporciona às famílias dos participantes a compreensão de seus papéis de proteção, mediação e formação social de seus membros. Neste sentido, o SCFV estabelece como metodologia, discussões reflexivas e atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos. (GDF-SEDEST, p. 6, 2013).

Em conformidade com os órgãos governamentais existe o COSE que acompanha adolescentes que são encaminhados pelo CRAS com o objetivo de ampará-los em diversas situações de vulnerabilidade. Essa instituição tem a finalidade de fortalecer vínculos familiares, incentivar a socialização, resgatar a autoestima, etc.

No Distrito Federal – Brasil, o SCFV é oferecido pelos CRAS, quando identificada a necessidade na família atendida, e desenvolvido nos Centros de Convivência - COSEs, que são unidades públicas de

referência da Proteção Social Básica, bem como nas Entidades Socioassistenciais conveniadas ou não com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal - SEDEST.

De acordo com a resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que dispõe sobre o reordenamento do SCFV considera-se como público prioritário para inclusão no serviço, crianças, adolescentes, jovens e idosos que se enquadrem nas seguintes situações: Em situação de isolamento; Trabalho infantil; Vivência de violência e, ou negligência; Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; Em situação de acolhimento; Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; Egressos de medidas socioeducativas; Situação de abuso e/ou exploração sexual; Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Crianças e adolescentes em situação de rua; Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.” (KOPP, OLIVEIRA, p.3 n.d)

O Estado, através do trabalho em rede, irá fundamentar os vínculos protetivos com o adolescente tendo em vista a segurança de acolhimento, de convívio e socialização, é somente por meio das relações sociais que se pode entender o mundo e atuar sobre ele. Por isso a necessidade do trabalho em equipe. Da intervenção social, a que promoção de encontros com a finalidade de estimular e motivar as transformações no próprio indivíduo.

3 - METODOLOGIA

A metodologia utilizada será através da pesquisa bibliográfica e documental realizada por meio de livros e artigos de natureza qualitativa e quantitativa, através da análise de discurso que resgatem a luta pelos Direitos Humanos dos adolescentes.

A população estudada é composta pelos educadores da instituição de ambos os sexos, de nível superior, que trabalham no Centro de Orientação Sócio Educativo – COSE, em parceria com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, unidade Gama Leste. Na discussão dos resultados os educadores serão identificados pela idade e pelas siglas (M) masculino e (F) feminino.

Será realizada uma pesquisa de campo com a finalidade de buscar informações sobre o adolescente em situação de risco, de preconceito social e aqueles que sofreram violência e violações. Ela foi concretizada através da observação da atuação dos educadores junto aos adolescentes, diálogos com os educadores, dinâmicas de grupo, coleta de dados para identificar os tipos de violência e preconceitos existente entre os adolescentes, no período de duas semanas.

O COSE é uma unidade pública vinculada ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Já o CRAS é uma unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Os adolescentes são encaminhados do CRAS para o COSE onde acontece o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV que tem como objetivo promover o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, prevenir a ocorrência de situações de risco e vulnerabilidade social. O SCFV é, portanto, parte integrante do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), principal serviço do CRAS.

A equipe do COSE Setor Leste é composta por: um coordenador responsável pela instituição, cinco profissionais na área administrativa, um motorista, dois vigilantes são contratados e quatro educadores. As oficinas são conduzidas por um educador de Artes, Educação Física – esporte e lazer e um de biologia - Meio Ambiente, eles utilizam os referenciais teóricos da Pedagogia Social como embasamento para a elaboração das atividades sociopedagógicas. É obrigatório que os educadores possuam graduação universitária de acordo com a área e as atividades solicitadas pelo COSE.

A instituição, de forma geral, possui boas condições de funcionamento. O mobiliário está em bom estado de conservação, com exceção das cadeiras que são de plástico. Possui uma quadra de esporte, utilizada para oficinas e recreação e que é também cedida para os alunos de uma creche que funciona ao lado. O COSE possui três salas, uma biblioteca/depósito de materiais, uma sala da administração, uma do coordenador e uma de reunião da equipe.

Os aspectos culturais mais relevantes são os passeios ao museu, parques, acervos, etc., bem como atividades realizadas na própria instituição. Destaca-se a semana da pátria, da primavera, semana do índio, programação do dia das crianças, natal, festas juninas, entre outras.

No COSE Gama Leste são realizadas atividades em grupos organizados a partir da faixa etária, de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e de idosos com idade igual ou superior a 60 anos. São oficinas temáticas compostas por um quantitativo de 25 usuários por turma. Embora o público do COSE seja diverso, o recorte da pesquisa é destinado somente aos educadores que desenvolvem atividades com os adolescentes 12 a 14 anos de idade.

As atividades são planejadas a partir dos princípios da convivência e de fortalecimento dos vínculos familiar e social, bem como da edificação individual enquanto ser social. Desta forma, o Educador Social deve ter como objetivos o desenvolvimento humano: 1- aprender a conviver em sociedade; 2- respeitar as diferenças; 3- colaborar e fazer escolhas; 4- definir objetivos de vida; 5- construir percursos de vida mais produtivos; 6- participação e transformação social.

As atividades realizadas pelos educadores acontecem todos os dias úteis, no horário oposto das aulas durante 3 horas. O período em que os adolescentes ficam no COSE eles desenvolvem as seguintes atividades: oficinas temáticas - oficinas socioeducativas diárias; momento diário para recepção e acolhida dos usuários; horário específico para o lazer coletivo com acompanhamento de todos os educadores sociais.

O papel do Educador Social nesse processo, é desenvolver junto aos participantes do serviço meios para facilitar a descoberta de novos caminhos e alternativas sem concentrar-se exclusivamente em sua área temática ou as técnicas no desenvolvimento das atividades. A participação do educador que atua no COSE, demonstra um processo capaz de gerar conhecimento, ampliando as competências dos mesmos, por isso esse estudo é também uma pesquisa-ação.

É importante conhecer em que situação se encontra os adolescentes que são encaminhados pelo CRAS até o COSE, se eles são alvos de violência e preconceito ou são os próprios autores.

Para essa pesquisa será necessário:

1. Fazer um levantamento da coleta de dados com os educadores para identificar os tipos de violência e preconceitos dos adolescentes frequentam o COSE.
2. Coletar dados por meio de observação das tarefas que o educador realiza com os adolescentes.

Será proposta uma pesquisa interventiva como forma de trabalho coletivo entre a coordenação e educadores que conscientizem os adolescentes sobre a importância dos Direitos Humanos para a valorização da igualdade, da alteridade e diminuição dos fatores de violência e preconceitos.

4 - AÇÕES INTERVENTIVAS

Para que possamos alcançar os objetivos desse trabalho, serão desenvolvidas três ações: Observação das atividades desenvolvidas pelos educadores

junto aos adolescentes; Aplicação de questionários e dinâmicas direcionadas aos educadores; e Estudo de caso.

A observação das tarefas que os educadores realizam será feita durante dois encontros, sendo o primeiro individual e o outro em dupla que abrangerá as três disciplinas e os próprios profissionais que trabalham no COSE. As datas previstas são: 1º Dia 02/07/2015, 2º 03/07/2015.

Será aplicado um questionário aberto aos educadores do COSE com o intuito de perceber quais os tipos de violência que os adolescentes atendidos naquela instituição são vítimas ou autores e também os casos ou relatos de violência que tiveram conhecimento. O questionário pode ser observado no Quadro 1.

Após essas ações iniciais proporemos uma dinâmica, também direcionada aos educadores, com a finalidade de discutir sobre a violência e seus conhecimentos sobre Direitos Humanos. Essa dinâmica foi inspirada em duas obras: construindo uma cultura de paz – oficinas pedagógicas e Direitos Humanos: sugestões pedagógicas¹⁵, as versões aplicadas possuem adaptações e pode ser observada no Quadro 2. Nesse momento, também serão apresentados e discutidos conceitos importantes sobre Direitos Humanos e Diversidade Cultural no contexto educacional. Finalizaremos essa ação com um estudo de caso, obtido durante o curso de especialização de psicopedagogia na Faculdade Católica de Anápolis – GO, em que eu realizei um acompanhamento com o referido adolescente. O caso utilizado está disponibilizado no Quadro 3.

¹⁵ Construindo uma Cultura de Paz - Oficinas Pedagógicas. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/mundo/cartilhas_paz/paz_cartilha.html>

Direitos Humanos sugestões pedagógicas. Disponível em: <http://www.memoriaenelmercosur.edu.ar/wp-content/uploads/2009/03/direitos-humanos-sugestoes-pedagogicas.pdf>

Quadro 1 - Questionário para a identificação dos tipos de violência**Instituição:****Educador:****Idade:****Profissão/função:****Sexo:****Faixa etária que trabalha:****Data:****Entrevista aberta**

1. Você pode me dizer quais os tipos de violência ou preconceito identificados pelos frequentadores do COSE que ocorre com frequência?
 - () preconceito social
 - () Violência doméstica
 - () Violência sexual
 - () Racismo
 - () Violência psicológica
 - () Abandono
 - () Situação de vulnerabilidade
 - () Violência verbal
 - () Outros
2. Aqui no COSE existem adolescentes que são os próprios autores da violência?
3. Qual foi o caso de violência ou preconceito com relação ao adolescente que mais te impactou?

Quadro 2 – Dinâmica de grupo

I. Público: Adultos ambos os sexos

II. Número de participantes: 03 pessoas

III. Tempo de duração: 1 hora e 30 minutos

IV. Objetivos: - Identificar os tipos de violência mais frequentes;

- a) Discutir sobre os fatores que motivam seu aparecimento
- b) Elaborar propostas, buscando as possíveis formas de solução
- c) Sensibilizar para a compreensão do significado dos Direitos Humanos;
- d) Conhecer várias concepções de Direitos Humanos;
- e) Construir uma concepção própria de Direitos Humanos;
- f) Motivar ao compromisso concreto com a promoção dos Direitos Humanos.

V. Material: papel, lápis, caneta

VI. Procedimento:

- Pedir para que os participantes escrever no papel o significado de violência e preconceito os tipos mais frequentes, causas, locais onde ocorrem e principais vítimas, que serão os adolescentes;
- Solicitar ao grupo para formular um conceito de violência coletivo e identificando os tipos e as respectivas causas, vítimas e locais;
- Conduzir uma plenária de discussão, onde os grupos apresentam suas propostas e debatem a viabilidade de cada uma delas, fazendo observações e sugestões.

Após o conceito e debate sobre a violência trazer para o grupo frases, em que eles deverão completar as frases abaixo, sob o ponto de vista o adolescente: *“Nesse quesito cada educador escolherá somente uma frase.”*

- a) “Direitos Humanos não incluem os deveres...
- b) “Direitos Humanos é coisa de pessoas que gostam de defender bandidos e

marginais...

- c) “Direitos Humanos nascem com cada pessoa e não podem ser mudados...”
- d) “Direitos Humanos incluem todas e cada pessoa, independente do que têm, da cor da pele, do sexo, da idade...”
- e) “Direitos Humanos são as conquistas que os pobres fazem na luta...”
- f) “Direitos Humanos não incluem certos tipos de pessoas (bandidos e marginais, por exemplo), são só para os ‘humanos direitos...”
- g) “Direitos Humanos são uma utopia que motiva a luta cotidiana por justiça e paz”.
- h) Direitos Humanos é a redução da maioria penal...
- i) Direitos Humanos não incluem adolescentes violentos.

Após completarem as frases, será lido juntamente com os educadores um estudo de caso a respeito do tema violência e preconceito, em que eles deverão refletir onde aplica os *Direitos Humanos dos adolescentes vítimas e autores de violência e preconceito*

Quadro 3 – Estudo de Quadro

Adolescente de 12 anos de idade, sexo masculino, adotado, negro, cursando o 6º ano do ensino fundamental II. A queixa apresentada é dificuldade de aprendizagem em todas as disciplinas. É extremamente agressivo com os colegas e professores, autoestima baixa, indisciplinado, não cumpre regras e possui problemas familiares.

De acordo com o relato da professora sente-se impotente diante das atitudes, já tentou várias vezes ser educada, elogiar, estimular, dar um reforço positivo, mas não funcionou, prefere ignorar suas atitudes. Não sabe mais o que fazer com ele. Diversas vezes foi acionado a conselho tutelar, devido a sua indisciplina. Ela disse que ele fala muito alto, “xinga”, principalmente se está irritado. Ele fica somente com as meninas, gesticula muito, grita com os colegas, “xinga”, as colegas o chamam de “gay”, por causa da maneira afeminado que se comporta.

Na entrevista com os pais eles disseram que o adolescente foi morar com eles quando estava com trinta dias de vida, eles não queriam adotá-lo, foi praticamente “obrigado”, pois queriam uma menina, tempos depois eles adotaram uma menina também recém-nascida. No dia da entrevista a professora tinha solicitado que ele se retirasse da sala porque tinha discutido com um colega e a respondido. Quando ele

chegou à coordenação e me viu disse: “- a professora está muito nervosa, eu não quero ficar mais nesta escola”. A coordenadora disse que toda escola que ele fosse teria problemas, se continuasse daquele jeito.

A mãe nunca tinha comparecido na escola, essa foi à primeira vez. Ela estava angustiada, falava muito e o tempo todo. Já o pai estava mais tranquilo, ficou calado a maioria das vezes, respondia somente o que perguntava.

A mãe diz o seguinte: - “Quando ele era menor, eu pedia para ele fazer a tarefa, falava uma, duas, dez, cem vezes e ele não me obedecia, eu pegava o cinto e ele começava a gritar (ela gesticula gritando, imitando-o), aí vinha à vizinha ligava para o conselho tutelar, eles chegavam e perguntavam por ele, aí eu respondia: está aí fora brincando. Eles olhavam, ele estava andando de bicicleta, pedia para eles tirarem a camiseta dele e verificar se ele estava marcado. Ele não tinha marca. Uma vez o juiz me falou que ia me ensinar a educar o menino, ele disse que iria me dar um “chicote com rabo de tatu”. Até o juizado de menor, reconheceu que eu não educava esse menino, ele precisava de surra.”

- “Eu já sofri muito por causa desse menino, não aguento mais. Foi colocada uma barreira entre nós, não tem mais vínculo entre nós. Hoje eu sou muito doente por causa dele, já enfrentei conselho tutelar, juiz. Ele me confronta o tempo todo, ele não me obedece, me responde, é agressivo, mentiroso, desorganizado. Ele não sabe ver o quarto dele arrumado, as gavetas são uma bagunça, ele usa as cuecas, coloca dentro da gaveta e usa novamente. Ele só me dá desgosto. Ele não aceita que eu trato ele com carinho, com amor, tudo ele xinga, briga, faz coisas escondidas.”

- Pedir que cada participante reflita sobre a seguinte questão: o que esse momento de reflexão sobre os Direitos Humanos que realizamos motiva a fazer em minha vida como profissional no trabalho com os adolescentes? Solicitar a cada participante resuma sua resposta em uma única palavra. Em seguida, os/as participantes são convidados a se dar as mãos e a dizer a palavra que cada um/a escolheu.
- Conclui realçando que a palavra dita é a expressão do compromisso pessoal. Agradecer a todos/as pela presença e firmar um compromisso de levar as teorias para a vida prática no trabalho com os adolescentes. **Sugerir que sejam inseridas no planejamento das atividades diárias.**

5 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

De acordo com Pulino (2014, p. 2)¹⁶ a escola é a “instituição (figura 1 e 2) responsável pela educação formal, pela formação coletiva das pessoas, promovendo sua introdução na cultura, sua socialização e seu desenvolvimento como sujeitos e cidadãos, (figura 3) por meio de processos sistemáticos de aprendizagem” nesse sentido o COSE, pode ser percebido como instituição com caráter semelhante, uma vez que tem como objetivo promover ações visando o bem-estar do público que frequenta a instituição, bem como oficinas pedagógicas, (figura 5), acompanhamento escolar, passeios culturais.

Pulino¹⁷ ainda afirma que os seres humanos, estão em busca de uma cultura específica, ou seja, são os aspectos sociais e familiares. O público que frequenta o COSE pertence a diversas classes sociais, mas o trabalho é realizado em conjunto sem distinção de pessoa. (Figura 4)

Ainda Souza, (2014, p. 10) afirma que “a prática pedagógica na educação em Direitos Humanos é mediada pelo carinho e pela sensibilidade, de modo a contribuir para construir identidades com consciência da dignidade pessoal e das capacidades”.

Os adolescentes são atendidos no horário contrário das aulas regulares, essa é uma condição necessária para fazer parte da instituição. (Figura 6) nas duas primeiras horas são realizadas as oficinas, que são as atividades pedagógicas direcionadas de acordo com o tema trabalhado. Nessas oficinas, eles trabalham cidadania, respeito ao próximo, senso de justiça, diferenças, igualdade social, promove a solidariedade, a autoestima. Para Sousa¹⁸ a pedagogia implica em um processo de aprendizagem, comprometido com a experiência individual e coletiva, com a finalidade de criar condições para a vivência dos direitos: sendo solidário, desenvolvendo a autoestima, vivenciando as experiências de justiça.

¹⁶ Módulo I – Seção 1 - Diversidade Cultural e Ambiente Escolar

¹⁷ Módulo 1 - Diversidade Cultural e Ambiente Escolar - Seção 3 - Ambiente Escolar - construção democrática, direito à aprendizagem e à cultural

¹⁸ Módulo VIII - Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação - SEÇÃO IV - Construção de saberes, práticas pedagógicas e metodologias participativas da educação em Direitos Humanos

5.1 – Observação das Oficinas

Foram realizadas duas observações das oficinas, uma foi com a professora do período da tarde e a outra com os dois professores no período da manhã.

A primeira observação, anexo 2, foi realizada no dia 02/09/2015, com a professora de artes. Houve a acolhida dos alunos frequentadores, apresentando e explicando o motivo da presença da pesquisadora no local, em seguida eles fizeram uma oração e foram divididos de acordo com a faixa etária. O grupo observado estava sob a responsabilidade da professora de artes, composto por adolescentes de 12 a 14 anos.

O tema trabalhado foi pátria. A professora entregou o mapa do Brasil, em que eles deveriam confeccionar uma viseira com E.V.A, nas cores verde e amarelo. (Figuras 7). Cada adolescente deveria usar a sua imaginação e criatividade. Todos eles participaram com êxito. A atividade ocorreu normalmente, os adolescentes estavam tranquilos e participativos, alguns momentos do desenvolvimento da atividade podem ser observados na (figuras 8). A educadora conduziu a oficina demonstrando interesse e auxiliando aqueles que tinham mais dificuldade, sempre estimulando o desenvolvimento da tarefa. Ao terminar, os adolescentes guardaram todos os materiais e jogaram o lixo no cesto. Esse procedimento faz parte dos deveres dos adolescentes de manter a instituição limpa.

No tocante a importância das oficinas pedagógicas, Souza dialoga com Candau a respeito das etapas das oficinas: sensibilização, aprofundamento e sugestões. Senão vejamos:

destaca a importância das oficinas pedagógicas como espaços de intercâmbios, confrontação de experiências, criação de vínculos afetivos análise da realidade, construção coletiva de saberes e exercício concreto dos Direitos Humanos. Estas são constituídas por 3 etapas básicas: 1. Sensibilização. Momento de realização de atividades valorizadoras dos saberes anteriores (tempestade de ideias, relatos de experiências, registro livre em tira de papel), de modo a elaborar uma construção coletiva preliminar onde não há resposta certa ou errada; 2. Aprofundamento. Análise do tema escolhido por meio de texto, documentário ou entrevista com pessoa escolhida, com trabalho em grupo mediado pelo(a) coordenador(a) da oficina resultando em conhecimento sistematizado sobre o tema; 3. Sugestões de compromissos efetivos e afetivos individuais e coletivos. Este é um exercício em busca de consensos e de síntese das aprendizagens modelado pelo compromisso individual e coletivo com o tema.” (SOUZA apud CANDAU, 2013 p. 12).

A segunda oficina, anexo 5, foi direcionada pelos educadores, Educação física e Meio Ambiente no dia 09/09/2015 no período matutino. Nesse dia estava

chovendo e comparecerem poucos alunos. Os procedimentos iniciais de acolhimento foram semelhantes ao anterior.

O objetivo da oficina era apresentar os deveres e obrigações do COSE baseados nos direitos da criança e dos adolescentes e reforçar as orientações para aqueles que já conheciam. Foram apresentados três cartões que continham as regras dos COSE. Os cartões eram nas cores verde (figura 9), amarelo (figura 10) e vermelho (figura 11), conforme pode ser observado no anexo 5. O verde era o permissivo, ou seja “siga adiante”, nesses itens eles iriam ganhando pontos, como, por exemplo, respeitar os colegas, os servidores, falar baixo, etc.; já o amarelo era “atenção”, trazer brinquedo sem a permissão, correr na quadra sem atividade direcionada, etc.; finalmente, o vermelho era “pare”, as ações não permitidas, gritar, fazer gestos obscenos, falar palavrão, etc. Os educadores conduziram com tranquilidade essa oficina, eles ouviram os relatos e experiências dos adolescentes, estes foram muito participativos.

Nessa oficina o objetivo era criar vínculos afetivos e o respeito mútuo com o colega e consigo mesmo, à medida que o educador ia lendo as regras, os relatos de experiência iam surgindo e a finalidade era a construção de compromissos afetivos individuais e coletivos em busca do consenso e o respeito mútuo com o próximo. Foi possível perceber a importância da construção dos Direitos Humanos na vida dos adolescentes.

5.2 – Análise do questionário

Os educadores assinalaram todas as opções apresentadas, ou seja, eles identificam com frequência casos de preconceito social, violência doméstica, violência sexual, racismo, violência psicológica, abandono, situação de vulnerabilidade, violência verbal e outros. No tópico outros, dois deles acrescentaram insegurança alimentar e envolvimento com drogas. Percebe-se que eles atendem adolescentes que chegam à instituição com todos os tipos de violência e preconceito, tanto na forma física quanto na forma verbal.

Faleiros e Faleiros (2007) afirma que a classificação mais usual denominada como preconceito e violência são: violência física, psicológica e sexual, já Silva & Colaboradores,¹⁹ diz que, “o uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas pode ser considerado um dos principais problemas de saúde pública na sociedade atual”. Ainda Delmondez e

¹⁹ Texto digital - Reflexões acerca do abuso de drogas e da violência na adolescência http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452010000300024&script=sci_arttext

Nascimentos²⁰ relata que algumas das principais formas de segregação e violência contra os adolescentes que estão na fase de transição e descoberta da sexualidade e do próprio corpo diferem do padrão vigente da sociedade.

Em relação à questão 2, os educadores foram unânimes em afirmar que os adolescentes são os próprios autores de atos violentos, inclusive, o educador M(36), relatou que houve um caso em que um adolescente praticou abuso sexual contra uma criança. Para Faleiros e Faleiros (2007), a violência contra crianças e adolescentes, que pode ser cometida também por outros adolescentes, é classificada como intra ou extrafamiliar, ou seja, existem casos relatados de violência que acontece na própria família, mas têm aquelas que são praticados através de meios externos, como a sociedade, grupo rivais, etc.

Na terceira questão os educadores puderam descrever um caso de violência que os impactaram. Assim, transcreveremos e analisaremos as respostas.

O educador M(36) relatou que *“foi identificado que três crianças atendidas pelo COSE estavam passando fome. Estavam sobrevivendo apenas com os lanches da escola. Havia negligência dos responsáveis, sobretudo da mãe que era usuária de drogas ilícitas.”*

Percebe-se a preocupação do educador com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, seja, a fome e a miséria pelo fato deles estarem desprotegidos. Para Nascimento e Delmondez (2014) os Direitos Humanos podem trazer excelente apoio para que os adolescentes mais vulneráveis socialmente, sejam protegidos e que tenham seus direitos fundamentais respeitados, garantidos, promovidos. Por outro lado, pode oferecer ferramentas precisas para a análise dos casos nos quais as violações dos Direitos Humanos se façam presentes.

O educador M(31) relatou que são casos de *“violência sexual familiar”*. Faleiros e Faleiros (2007) diz que a violência sexual e suas formas é o uso mais perverso da sexualidade do outro, incluindo os diversos tipos como: exploração sexual, pornografia, prostituição, etc.

Já o educador F(51) relatou *“um caso em que uma criança de 11 anos de idade já utilizava drogas e para custear o consumo e ainda ajudar a família, a qual a mãe estava desempregada e o pai ausente, passou a trafica junto com irmão mais velho*

²⁰ Módulo II Seção II, Sujeitos da Diversidade e suas vulnerabilidades.

(13 anos), durante as atividades ficava nítido o envolvimento da criança com a drogatição e a violência, ao realizar desenhos representava elementos que indicavam esta relação.” Para Silva et. al. (2010, texto digital)²¹ o “abuso de drogas pode estimular comportamentos violentos, mas, além do uso dessas substâncias, os adolescentes se encontram, muitas vezes, expostos a ambientes que favorecem a violência.”.

De acordo com o relato dos educadores é comum os frequentadores do COSE serem usuários de drogas e distribuidores também, alguns com a finalidade de ajudar a família e existem muitos casos em que a própria família são usuários, mas essa prática não é permitida dentro da instituição.

5.3 - Pesquisa interventiva com os educadores - Análise da dinâmica de grupo

5.3.1 – Conceito de violência

O papel do educador é de fundamental importância para o acompanhamento e desenvolvimento dos adolescentes, pois eles devem saber ouvir, trocar informações, interagir, atuar em relação à diversidade e diferenças. Para tanto, é necessário que estejam comprometidos com os Direitos Humanos. A primeira parte da dinâmica foi realizada com dois profissionais do sexo masculino, pois a do sexo feminino chegou atrasada, participando somente da segunda parte.

No primeiro momento foi solicitado que eles conceituassem violência e preconceito, bem como os tipos mais frequentes, causas, locais onde ocorrem e principais vítimas, e se eram adolescentes.

M(36) “a violência é uma atitude indesejada por quem é violentado. Além de ser considerada ilegal, a violência pode deixar marcas físicas e/ou psicológicas, às vezes irreversíveis. Há diversos tipos de violências identificadas nas relações sociais, como a familiar, de trabalho, nas horas de lazer, governamental, etc. especificando, algumas violências são corriqueiras, pois os veículos de comunicação repassam notícias relacionadas (brigas, mortes, estupros, assédios moral e sexual, racismo, injúria, abusos, preconceitos). O preconceito é uma forma de violência psicológica, porque fere a auto estima do pessoal, levando a um desencadeamento nas relações sociais de forma negativa, e dependendo da repercussão os abusos podem durar por muito tempo ou jamais ser esquecido.

²¹ Silva, Kelanne Lima e colaboradores. **Reflexões acerca do abuso de drogas e da violência na adolescência.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452010000300024&script=sci_arttext>. Acesso em 18 ago 2015.

A forma de violência mais cruel é a cometida contra crianças e adolescentes. Como são pessoas em formação e mais vulneráveis, a facilidade que o violentador encontra de praticar seus atos é garantida. Esse tipo de violência acontece, na maioria das vezes, dentro da moradia, onde se encontram violentadores e violentados, dificultando a revelação. A violência e o preconceito requerem ação e descartam a omissão (EDUCADOR do COSE, 36 anos)

Podemos perceber nessa fala a definição de violência em diversas esferas, M(36) “brigas, mortes, estupros, assédios moral e sexual, racismo, injúria, abusos, preconceitos”, Nascimento e Delmondez (2014), refere-se a esses conceitos tanto na forma de violência, como na forma de preconceito. As ofensas raciais são na maioria das vezes vistas como brincadeiras, piadas. Entretanto, as violências vindas das diversas discriminações estão presentes no cotidiano da maioria das pessoas em vários lugares do mundo, normalmente não acontecem de forma isoladas. Para trabalhar a violência e preconceito na esfera institucional, o papel do educador, de acordo com Pulino (2014), os educadores devem ter um olhar de relações afetivas, autônomas, com responsabilidade para com os adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidades. Para o educador a violência está relacionada com,

algum tipo de agressão, independentemente de qual seja (verbal, sexual doméstica, física, entres outras). Toda vez que há uma violação de direitos, ocorre violência.

O preconceito é julgar ou ter um pensamento precipitado sobre algo ou alguém sem conhecer de forma mais aprofundada. Ter um conceito antecipado sem o devido conhecimento. As causas mais frequentes e os locais de violência e preconceito são o alcoolismo, drogatição, falta de moradia adequada, desemprego, infidelidade conjugal, falta de diálogo nas companhias e não estabelecimento de regras e limites, são as principais causas. Os principais locais são: a própria família, a rua e a escola. (EDUCADOR do COSE 31 anos).

A expressão do educador M(31) reforça os tipos de agressão mais comuns que é a física, a verbal e a sexual, mencionadas por Faleiros e Faleiros (2007), citados acima. Com relação aos locais que mais ocorrem a violência, o educador cita a rua, escola e família, estes são os locais em que os adolescentes deveriam ser protegidos. A escola é o lugar de socialização, de encontro, mas é na família que a criança recebe os primeiros cuidados e em todos os lugares deveriam estar amparados e protegidos pelas políticas governamentais.

5.3.2 – Propostas que previnem a violência

Após os conceitos eles formularam uma definição de violência e preconceito em grupo e apresentaram propostas de prevenção, trazendo observações e sugestões. Anexo 4, nesse quesito todos os educadores tiveram a sua participação.

Alguns pontos fundamentais foram destacados como, por exemplo: “*forma física, ou verbal, tem a violência física e a psicológica e o preconceito está relacionado à violência psicológica.*” Foi mencionada é a violência ocorrida através do *bullying*, segundo o relato dos educadores tal prática “*Atinge a auto estima, pode ser a injúria, o racismo, o bullying é a mais comum forma de violência é mais psicológica do que física, no caso racial, pobreza, divisão de classe social, rebaixar a pessoa pela condição econômica. Uma forma de violência atual é o bullying cibernético, aquele que acontece pelas redes sociais.*”

Quando se trata do *bullying*, de acordo com Delmondez & Nascimento (2014)²², se relacionado à cor da pele, trata-se racismo; o *bullying* sexual, por sua vez, é reconhecido como homofobia e assim por diante. Ainda Novaes²³ diz que as ofensas raciais são rotineiramente vistas como brincadeiras, piadas. E é o adolescente que sofre as consequências. Há ainda os casos de “*bullying cibernético, aquele que acontece pelas redes sociais*”. Nesse caso o termo correto a ser utilizado de acordo com Felizardo (2010, texto digital)²⁴ é “*cyberbullying*, que é uma versão eletrônica do *bullying* praticada por meio de agressões verbais e escritas utilizando-se a internet. A vítima recebe mensagens ameaçadoras, conteúdos difamatórios, imagens obscenas, palavras maldosas e cruéis”, etc.

Um outro fator a ser mencionado sobre a necessidade de prevenção da violência e preconceito, para os educadores, o ideal seria a educação integral para todos, somente assim a escola manteria as crianças com atividades, além daquelas que a escola oferece, atividades extracurriculares. Embora o COSE já possua essa finalidade, é imprescindível que a legislação seja convertida em prática, visto que o ECA existe e que haja o fortalecimento dos vínculos familiares, o resgate da autoridade, da responsabilidade dos pais em relação aos filhos, evidenciando que tanto para os adolescentes quanto para os pais existem deveres a ser cumpridos.

Baseado nas propostas de viabilização os educadores escolheram uma frase e completaram dialogando a respeito dos Direitos Humanos do adolescente. Dentre as várias questões a serem debatidas, cada um escolheu somente uma pergunta.

²² Módulo II Seção I, Sujeitos da Diversidade.

²³ Texto digital - VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: CONCEITUAÇÃO E ENFRENTAMENTO DESSE FENÔMENO <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1700/1620>

²⁴ Aloma Felizardo, extraído do livro *Cyberbullying: Difamação na velocidade da luz*. São Paulo: Willem Books, 2010. Disponível em: <http://bullyingcyberbullying.com.br/bullying/o-que-e-cyberbullying/>

F50 “Direitos Humanos incluem todas e cada pessoa, independente do que têm, da cor da pele, do sexo, da idade *“sim, ele contempla todos os cidadãos brasileiros”*”.

M31 “Os Direitos Humanos não incluem os deveres? *Com certeza não eles incluem os deveres, muitos conhecem, mas não querem cumprir os seus deveres, nós temos os nossos direitos sim temos que correr atrás, se não cumprir os deveres não temos como reivindicar os nossos direitos.*”

M36 “Direitos Humanos é coisa que pode defender bandidos e marginais, no senso comum, *“é o que a gente escuta na mídia, mataram um policial, aí alguém vai e fala onde estão os Direitos Humanos para defender o policial, só para aqueles que causam a violência, mas os Direitos Humanos são para todos, quem causa a violência e quem é violentado, e principalmente para quem é violentado e que seus direitos estão violados.”*

Essas frases contemplam a importância dos Direitos Humanos e a necessidade de fazer valer esses direitos, tanto para aqueles que são vítimas como os que são autores. De acordo com Delmondez & Nascimento (2014)²⁵ os adolescentes que estão mais vulneráveis socialmente deveriam ser protegidos e é necessário que tenham seus direitos fundamentais respeitados, garantidos, promovidos. Pois, quando os adolescentes se sentem protegidos e amparados por leis, as garantias fundamentais estão a seu favor, na maioria das vezes é no espaço escolar em que ele exerce o papel de cidadão, pois ele quer ser ouvido, ter autonomia intelectual.

5.3.3 - Estudo de caso

Nessa atividade eles deveriam aplicar os Direitos Humanos e destacar quais os tipos de violência que encontraram no texto e como eles deveriam proceder diante dessa situação. Após ler o estudo de caso, eles informaram que são comuns casos assim e que existem casos bem piores no COSE. Anexo 6

De acordo com o relato dos educadores, no primeiro momento eles puderam identificar *“vários tipos de violência nesse estudo de caso, preconceito racial e de gênero ... não só porque é negro,* Delmondez e Nascimento (2014) irá enfatizar que a questão racial ainda é muito presente devido ao enfrentamento ao racismo, muitos afirmam

²⁵ Módulo II – Sujeitos **da Diversidade Cultural e da Desigualdade** - Seção II – Sujeitos da diversidade e suas vulnerabilidades.

que não são racistas, mas as ofensas raciais são rotineiramente vistas como brincadeiras, piadas, etc.

Os educadores afirmam que esse adolescente já vem maltratado, parece que tem algum distúrbio, na escola tem um reforço negativo, é excluído na família, na escola e na sociedade, ou seja, ele está com os direitos violados. De acordo com Faleiros e Faleiros apud Minayo (2001, p. 31,) irá reforçar que a violência contra os adolescentes é todo ato ou omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, é necessário que haja intervenção do adulto ou da sociedade, visto que muitas vezes os adultos são responsáveis pelos direitos violados.

Os profissionais da educação enfatizam que no caso desses adolescentes eles deveriam “*Investir e não excluir, mas incluir*”, *resgatar esse adolescente junto com a família, trazer um vínculo de confiança por meio de uma acolhida, mostrar que é importante a figura da mãe na vida dele apesar dos problemas, fazer um trabalho com a mãe e com o pai também, fazer com que ele eleve a sua autoestima, fazer com que ele se sinta importante, fazer com que ele saiba que é um ser humano e que de fato ele é alguém importante na sociedade.*” De acordo com Meirelles e Ruzany, elas enfatizam a importância do fortalecimento de vínculos.

De certa forma os principais objetivos a serem alcançados pelas redes de proteção são a interrupção do ciclo de violência em que a criança ou adolescente estavam envolvidos e a superação dos traumas, dos danos secundários e demais sequelas adquiridas na situação de violência. O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários é essencial para o alcance dessas ações. (MEIRELLES & RUZANY, 2009, p. 59).

É necessária a participação do Estado para auxiliar nas necessidades básicas, referente ao atendimento ao adolescente, contribuindo para elevar a autoestima e promover o sentimento de pertencimento a sociedade, fazer com que a família também se envolva nas ações e a comunidade local e no enfrentamento das violações dos direitos, bem como os profissionais capacitados na rede de proteção social. É necessário ainda que haja um planejamento coletivo de uma equipe multidisciplinar e um trabalho em conjunto abordando profissionais de diversas áreas. “*É um trabalho integrado e não depende só da gente, nós fazemos a nossa parte, agora precisa de todo um trabalho interligado, aí é um problema em que encontramos dificuldade, porque nem sempre a rede funciona, a rede de proteção que a gente gostaria que ela funcionasse ali na prática por vários fatores.*”

5.3.4 - Momentos reflexivos sobre os Direitos Humanos

Para finalizar a interação com os educadores foi proposto que resumissem em uma palavra sua a motivação profissional. Houve dificuldade em termos de resumo e findaram por expressar em frase. Vejamos:

M(31) “a minha grande motivação é ser um agente transformador na vida dessa criança ou adolescente pode dizer, realmente aquele educador foi importante para mim, eu consegui ser alguém importante na vida dele. Realmente ele me ajudou. Isso aí pra mim não tem dinheiro nenhum que paga.”

F(50) “numa palavra eu acho difícil, de repente num pensamento eu acho que todas as pessoas merecem uma segunda chance, muitas vezes, a criança a família não conhece outro modo de vida que não é aquele que se apresenta pra ela, acho que é um pouco parte do nosso trabalho também, levar esses adolescentes para os passeios culturais, mostrando pra elas que existem muitas coisas que ela não vive naquele momento.”

M(36) tem várias motivações que fizeram com que eu estivesse aqui, nosso principal trabalho aqui é igual o meu colega falou, é as vezes transformar vidas, dar um direcionamento em relação à sociedade e fazer com que elas entendam que todos nós vivemos em sociedade, sempre falamos aqui, não estamos preocupados com o que ela vai fazer, mas como ela vai agir na sociedade, essa ação tem os seus direitos e deveres, a forma como ela vai agir é que vai fazer a diferença, se ela agir de forma ruim eu tenho certeza de que ela não passou por aqui, mas se ela passou aqui ela vai ter uma parte positiva na sociedade, os Direitos Humanos não precisa estar escrito para cumprir, já faz parte da nossa rotina. (EDUCADORES do COSE)

Diante do relato dos educadores eles almejam ser “o agente transformador”, percebe-se que eles estão envolvidos na promoção social e no bem-estar dos adolescentes frequentadores do COSE, eles precisam fazer a diferença na sociedade. Delmondez & Nascimento²⁶, reforça essa teoria de que “a escola é, sem dúvida, uma das instituições mais importantes de nossa sociedade. No espaço escolar, construímos, aprendemos, recriamos e transmitimos valores, práticas e marcas culturais.” A instituição em análise busca enfatizar o bem-estar dos adolescentes através de passeios culturais, trabalhando a busca da autoestima, ser respeitado, valorizado, com certeza muitos irão fazer a diferença e as garantias dos Direitos Humanos serão fortalecidos.

Para Pulino (2014)²⁷, é importante que o educador desenvolva uma relação de confiança mútua com seus adolescentes, principalmente pelo fato deles não terem

²⁶ Módulo II – Sujeitos da Diversidade Cultural e da Desigualdade - Seção II – Sujeitos da diversidade e suas vulnerabilidades.

²⁷ Módulo IV - Tornar-se humano e os Direitos Humanos – Seção III – Educar pela e para a cidadania, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos.

receio de errar, de propor soluções mesmo que sejam inadequadas e que inclusive, o professor considere a tentativa como parte do processo de construção do conhecimento mesmo sendo lentos, enfim, proporcionar que o aluno, individualmente ou coletivamente enriqueça o processo e que eles sintam-se sujeitos da produção do conhecimento e não meros ouvintes. É importante que eles se responsabilizem pela participação nas oficinas, que argumentem, discutam, discordem, cumpram seu papel, tomem decisões coletivas.

Ao final da ação a equipe reafirmou compromisso pessoal de levar as teorias ali discutidas para a vida prática no trabalho com os adolescentes. Foi sugerido que os Direitos Humanos fossem inseridos no planejamento das atividades, os educadores foram enfáticos em afirmar que o tema integrava o projeto da instituição e que aplicavam em suas atividades.

6. CONCLUSÃO

Uma das propostas desse trabalho é oferecer ferramentas e metodologias para a conscientização dos educadores do COSE, sobre a importância dos Direitos Humanos na formação dos adolescentes para a construção e valorização da igualdade, alteridade e diminuição dos fatores causadores da violência e preconceitos. As ações interventivas foram bem acolhidas pelos educadores que afirmaram ser esse o objetivo central do COSE.

Com a insatisfação de não obter todas as informações necessárias no COSE para a construção de um gráfico com dados estatísticos. Foi necessário recorrer a outros órgãos como o CRAS e o CREAS, mas cada órgão responsabilizava o outro pelos dados e as informações solicitadas. Partimos para a aplicação de um questionário com os educadores, onde pudemos coletar alguns dados importantes sobre os tipos de violência e preconceito. Chegamos à conclusão que eram todos os tipos de violência sugeridos no questionário, inclusive casos de drogas, violência familiar e insegurança alimentar.

Pudemos perceber que todos os frequentadores do COSE tiveram os seus direitos violados e que o processo interventivo deve continuar, seja ele por meio de atividades, oficinas, passeios culturais, etc. O trabalho poderá ser mais efetivo com a atuação de uma equipe multidisciplinar, em parceria com os órgãos governamentais e principalmente com a família, todos com o mesmo objetivo: resgatar e prevenir os adolescentes em situação de vulnerabilidade social e fazer valer os Direitos Humanos, independente da raça, cor, classe social, situação que encontra o adolescente.

A pesquisa e o curso sobre os Direitos Humanos foram para esta pesquisadora, uma alerta, pois foi possível perceber que os Direitos Humanos, teoricamente são bem estruturados, mas na prática muitas vezes têm sido violados, nem sempre pela família ou pela sociedade, mas pelo o Estado e os órgãos competentes, quando esses não oferecem oportunidades igualitárias a todos.

Os Centros de Convivência não oferecem a todos os adolescentes atendidos, as condições necessárias para que o trabalho seja realizado com eficácia, tornando insuficiente o trabalho de acolhimento, resgate da autoestima e prevenção contra a violência. Durante a realização desta pesquisa, ficou em evidência a omissão e o descaso dos órgãos governamentais. Muitos problemas de infraestrutura básica foram percebidos, como: cadeiras de plásticos quebradas - risco de acidentes para os adolescentes, falta de material, salas quentes com poucos recursos. Os profissionais têm

que trabalhar com um número excessivo de adolescentes por sala. Se falta educador, eles precisam juntar as turmas e acabam por misturar as faixas etárias tornando o trabalho ineficiente.

Enfim, sugerimos que outras pesquisas e estudos sejam realizados com o objetivo de tornar eficiente a integração da família, da sociedade e do Estado. Para que cada um exerça o seu papel, que é de extrema importância na intervenção e também na construção de uma nova visão e novo comportamento do adolescente que tenha sofrido e/ou provocado a violência e o preconceito. Acreditamos que uma das alternativas apontadas para a prevenção contra a violência, viabilizam os Direitos Humanos da criança e do adolescente em situação de risco, é a inserção da educação integral que deveria se estender a toda a escola e manter os adolescentes em atividades que os façam desenvolver-se de forma integral.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

Bock, A. M. B **Adolescência como uma construção social**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) • Volume 11 Número 1 Janeiro/Junho 2007 • 63-76. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CANDAU, Vera M. ; PAULO, Iliana; ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da Consolação; SCAVINO, Susana ; AMORIM, Viviane. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as)**. S. Paulo: Cortez, 2013.

Carbonari, Paulo César. **Direitos Humanos: sugestões pedagógicas**. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2010. Disponível em: <<http://www.memoriaenelmercosur.educ.ar/wp-content/uploads/2009/03/direitos-humanos-sugestoes-pedagogicas.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

COSTA, Ana Paula Motta. **Adolescência, violência e sociedade punitiva**. In. *Serviço Social e Sociedade*. nº 83, ano XXVI, Especial. São Paulo, Cortez: 2005.

Delmondez, Polianne; Nascimento, Wanderson Flor. **Sujeitos da adversidade**. In: *Curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo II). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

DINIZ, Débora e LIONÇO, Tatiana. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília: UNESCO/ LetrasLivres/ Editora UnB, 2010.

Faleiros, Eva Silveira; Faleiros, Vicente de Paula. **Escola que Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, UNESCO: 2007

Felizardo, Aloma. **Cyberbullying: Difamação na velocidade da luz**. São Paulo: Willem Books, 2010. Disponível em: <<http://bullyingcyberbullying.com.br/bullying/o-que-e-cyberbullying/>>. Acesso em: 08 set. 2015.

Governo do Distrito federal- GDF. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Orgs.: Janaína Araújo Veras Teles & Verônica Moreira Neto. SEDEST, Brasília, 2013.

_____. Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Lei 8.069, 13 de JULHO de 1990. Secretaria da criança, 2013.

Kopp, Patrícia; Oliveira, Verônica Moreira. O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no distrito federal – Brasil: **uma experiência em educação social** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal – Brasília – Brasil. (n.d).

Meirelles, Zilah Vieira; Ruzany, Maria Helena. **Adolescência, juventude e violência: identificação, abordagem e conduta**. Revista adolescência & Saúde. Volume 6, nº 3, setembro 2009.

Melo, Cida. **Adolescência formação da identidade em Erik Erikson**. Blog. Psicologado, 2009. Disponível em: <<https://psicologado.com/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/adolescencia-e-formacao-da-identidade-em-erik-erikson>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

MINAYO, M.C.S. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, N. 10 (Suplemento 1), 1993. pp. 07-18.

NOVAES, Maryanne Ferreira. **Violência Intrafamiliar: conceituação e enfrentamento desse fenômeno**. Disponível em:

<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1700/1620>>.

Acesso em: 18 ago 2015.

Osório, L.C. **Adolescente hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MADENDZO, Abraham. **Educación em derechos humanos: um desafio para los docentes de hoy**. Santiago9: LOM, 2006.

Paula, Ana Rita; Maior, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Um mundo de todos para todos: **Universalização de Direitos e direito à diferença**. Revista: Direitos Humanos. Educação. 01 Dez. 2008. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_01.pdf>. Acesso em:

15 ago. 2015.

PULINO, L. H. C. Z. **Diversidade Cultural e Ambiente Escolar**. In: *Curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo I). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

_____. **Tornar-se humano e os Direitos Humanos**. In: *Curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo IV). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

Secretaria da Criança e do Adolescente. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**, Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. GDF.

Silva, Beatriz Farah Barbosa; Oliveira, Maria Esther. **Adolescência na família e na escola**. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:

<<http://www.avm.edu.br/monopdf/7/BEATRIZ%20FARAH%20BARBOSA%20DA%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

Silva, Kelanne Lima e colaboradores. **Reflexões acerca do abuso de drogas e da violência na adolescência**. ISSN 1414-8145 Esc. Anna Nery vol.14 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452010000300024&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 ago. 2015.

Silva, Joyce Mary Adam de Paula; Salles, Leila Maria Ferreira. **Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões** Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [30]: 149 - 166, janeiro/junho 2008. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1768/1643>>.

Acesso em: 18 ago. 2015.

Sousa, Nair Heloisa Bicalho. Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: **Problemas históricos, conceituais e de aplicação**. in: *Curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo XIII). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

Tavares, Celma; Lira, Nilsa, orgs. **Construindo uma Cultura de Paz Oficinas Pedagógicas**. Redes de Direitos Humanos e culturas. DHNET. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/mundo/cartilhas_paz/paz_cartilha.html>.

Acesso em: 05 de ago. 2015.

UNICEF. **O direito de ser adolescente:** Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, DF. UNICEF, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 – Espaço do COSE

1)



2)



3)



4)



5)



6)



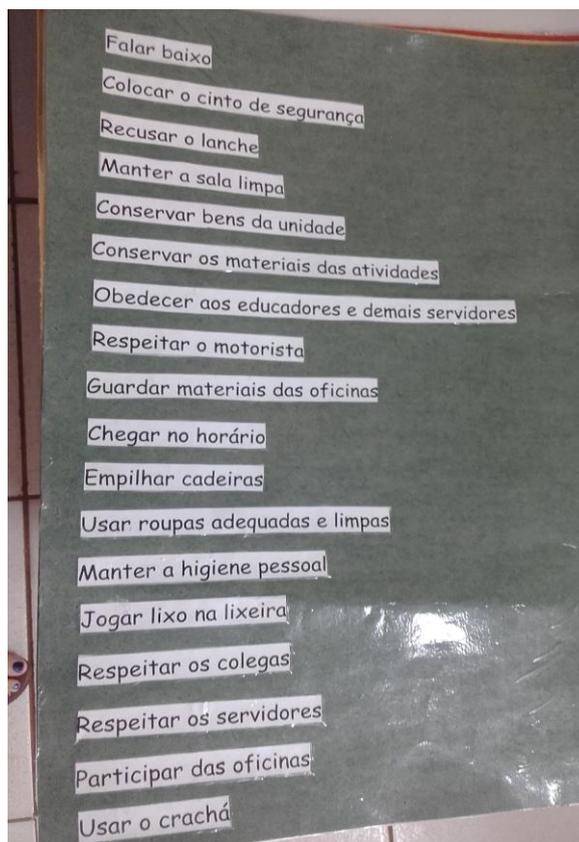
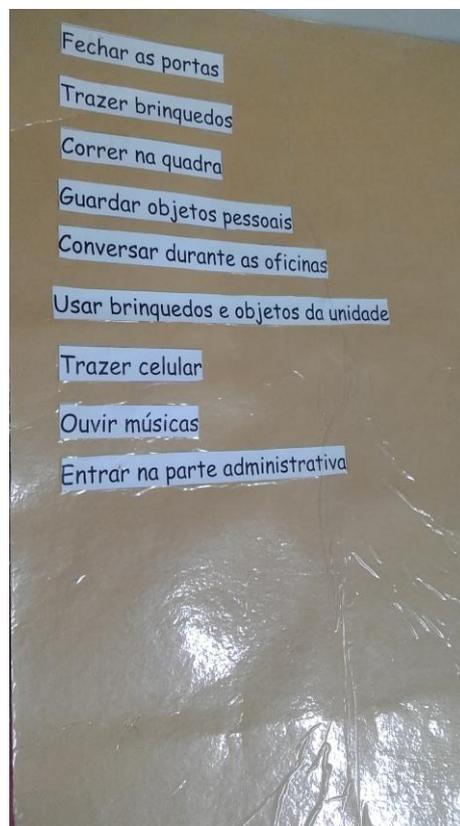
ANEXO 2 – Observação - Oficina – Semana da Pátria

7)

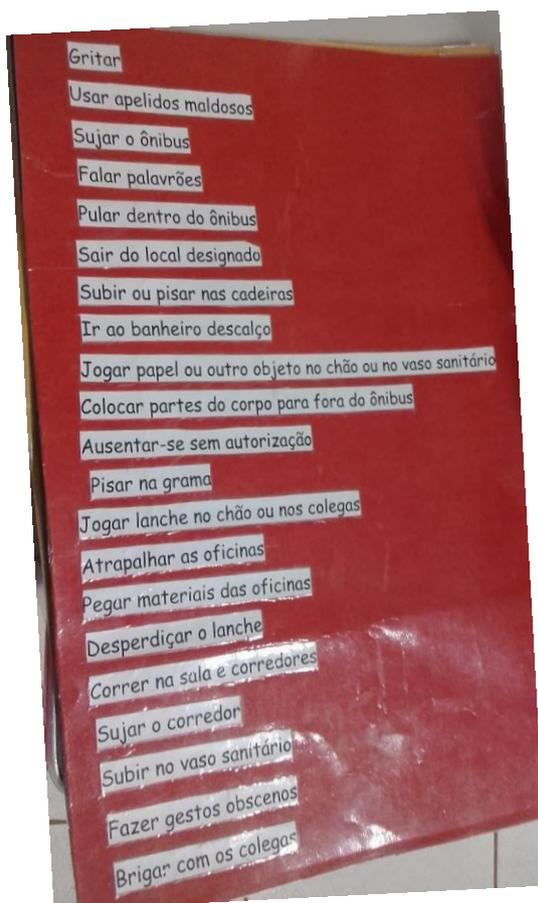


8)



ANEXO 3 – Observação - Regras da Instituição**09)****10)**

11)



LEGENDA

1	Instituição (COSE)	7	Oficina elaboração da viseira
2	Fachada	8	Oficina semana da pátria
3	Adolescentes na quadra	9	Direitos (verde)
4	Sala de leitura	10	Deveres – atenção (amarelo)
5	Jogos pedagógicos	11	Deveres (vermelho)
6	Corredor do Cose		

ANEXO 4 – Reflexão do estudo de caso dos educadores

Aqui identificamos vários tipos de violência, nós já recebemos casos “terríveis” aqui, já presenciamos no COSE, 3 irmãos, o mais novo tinha 6 a 7 anos, ele presenciou o irmão mais velho matar o pai, esse “moleque” era “terrível”.

A presença da violência pode causar algum distúrbio na criança, nesse estudo de caso ele tem uma revolta com sua característica, preconceito racial e de gênero, ele tem uma convivência de forma não harmônica. Embora se ele tiver uma convivência de forma harmônica, se tiver um reforço positivo, não só porque é negro, essa convivência positiva com outras pessoas pode fazer com que ele pense de outra forma, ou seja, eu convivo em outro lugar em que as pessoas me vejam como pessoas normais, aqui eles não me chamam de negro, gay.

No nosso caso, aqui no centro de convivência esse tipo de criança nós temos que investir e não excluir mas incluir, como vários casos de crianças usando drogas, eles presenciam assassinatos, os pais estão presos, a própria família são usuários de drogas, é essa que nós temos que ir atrás, não podemos recusar. Esse adolescente ele já vem maltratado, ele já tem um distúrbio, já tem um reforço negativo na escola, com mãe, está excluído na família e na escola, que outras pessoas vejam ele como uma pessoa sem o defeito também. No caso desse adolescente ele já está com tantos direitos violados, ele sente como um ninguém, percebe-se aqui que há uma barreira posta entre a mãe e o filho, não existe mais vínculo entre a gente, percebe-se que há um escudo.

Para esse estudo de caso, utilizaremos os mesmos procedimentos que realizamos aqui no COSE: resgatar esse adolescente junto com a família, trazer um vínculo de confiança por meio de uma acolhida, mostrar que é importante a figura da mãe na vida dele apesar de todos os problemas, não só com ele, fazer um trabalho com a mãe e com o pai também, pelo o que percebemos o pai é omissor.

O mais importante é fazer o trabalho de acolhida de resgate desse adolescente, fazer com que ele eleve a sua autoestima, fazer com que ele se sinta importante, fazer com que ele saiba que é um ser humano e que de fato ele é alguém importante na sociedade. É um trabalho integrado e não depende só da gente, nós fazemos a nossa parte, agora precisa de todo um trabalho interligado, aí é um problema que encontramos dificuldade, porque nem sempre a rede funciona.

ANEXO 6 - Elaboração dos conceitos dos educadores sobre a violência e preconceito e as propostas para preveni-las.

✓ Respostas dos educadores

“Violência de direitos já é preconceito e ter um determinado julgamento sem ao menos conhecer de fato. A pessoa pode até violentar e para que ela aconteça de verdade, ela tem que estar relacionada a sociedade, ferir algo que tem a ver com a sociedade, exemplo briga, forma física, ou verbal, tem a violência física e a psicológica e o preconceito está relacionado à violência psicológico. Atinge a auto estima, pode ser a injúria, o racismo, o bullying é a mais comum forma de violência é mais psicológica do que física, no caso racial, pobreza, divisão de classe social, rebaixar a pessoa pela condição econômica. Uma forma de violência atual é o bullying cibernético, aquele que acontece pelas redes sociais, as pessoas nem conhece a outra e já conhece a violência somente pelo o que ele escreveu. Ela também está relacionada com aplicativo nos jogos, vídeos, chegou ao ponto de adolescente cometerem suicídio por imagens circularem na internet.

Com relação ao COSE nós identificamos a violência sexual e a verbal. De 2ª a 6ª, nós construímos um bom relacionamento com os adolescentes, fazemos valer os Direitos Humanos, no final de semana é desconstruído pela família e na semana seguinte começamos tudo de novamente, ou seja, depende da relação familiar, fora daqui, na escola e na própria família, o linguajar, ela chega agitada, a mídia, a televisão a novela, influências externas, nós tentamos construir, mas quando eles tiram o pé daqui nós não temos mais controle, os amigos o influenciam.

Para viabilizar os Direitos Humanos que vem de encontro com os adolescentes em situação de risco, no meu entender a ideia da educação integral deveria se estender em toda a escola e manter as crianças com atividades, além da corriqueiras das escolas, atividades extracurriculares.

O COSE sofre um tipo de preconceito, porque antigamente ele tinha a como objetivo propor as medidas sócio educativo, agora está tendo essa ruptura. O COSE, faz esse papel, não é uma escola de tempo integral, mas o COSE abriga essas crianças para manterem ocupadas de alguma forma. Existe a legislação, que comentam ser uma das mais modernas, é o ECA, ela existe, as leis existem e têm que ser cumpridas, em muitos casos, há uma certa condição de convivência que precisa

mais serem fortalecidas, o fortalecimento de vínculos são importantíssimas, muitas vezes nós não temos uma estrutura necessária, os vínculos deveriam ser mais fortes no seio intrafamiliar, se nós conseguíssemos conscientizar independente da formação a importância de criar vínculos, de manter as regras, com respeito e com amor, nós poderíamos fazer que de fato os Direitos Humanos poderiam ser observados, mas eles deveriam saber que existem deveres também, eles estão intrinsicamente ligados e eles precisam ser cumpridos também.”